



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1858581 - SP (2020/0013244-3)

**RELATOR** : MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
**RECORRENTE** : OTONIEL SANTANA  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
VOLNEY SANTOS TEIXEIRA - DEFENSOR PÚBLICO - SP235926  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por **OTONIEL SANTANA**, com apoio no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que ratificou a sentença do magistrado de primeiro grau, a qual o condenou à pena de 10 meses de reclusão, em regime inicial semiaberto, mais o pagamento de 8 dias-multa, no piso, em razão da prática de furto tentado – art. 155, *caput*, c/c o art. 14, II, do Código Penal (e-STJ, fls. 127-133).

A defesa requer, em síntese, a aplicação do princípio da insignificância, com a consequente absolvição do acusado, nos termos do art. 386, III, do CPP c/c arts. 1º, 13 e 155 do CP (e-STJ fls. 204-216).

**É o relatório.**

Decido.

A irresignação não merece acolhimento.

De acordo com a orientação do Supremo Tribunal Federal, adotada por esta Corte Superior, "o princípio da insignificância - que deve ser analisado em conexão com os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Estado em matéria penal – tem o sentido de excluir ou de afastar a própria tipicidade penal, examinada na perspectiva de seu caráter material. (...) Tal postulado - que considera necessária, na aferição do relevo material da tipicidade penal, a presença de certos vetores, tais como (a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada - apoiou-se, em seu processo de formulação teórica, no reconhecimento de que o caráter subsidiário do sistema penal reclama e impõe, em função dos próprios objetivos por ele visados, a intervenção mínima do Poder Público" (STF, HC 84.412/SP, Rel. Ministro CELSO DE MELLO, SEGUNDA TURMA, DJ 19/11/2004).

Consoante se verifica dos autos, as instâncias ordinárias concluíram pela inaplicabilidade do princípio da insignificância, haja vista que o réu é reincidente, conforme folha de antecedentes (e-STJ, fl. 39).

Segundo o acórdão recorrido, o acusado entrou em um supermercado e "pegou quatro caixas de bombons, marca Ferrero Rocher, colocou-as sob a blusa e deixou a loja sem efetuar o pagamento". (e-STJ, fl. 194).

O valor da *res furtiva* foi avaliado em R\$ 85,98 (e-STJ, fl. 195), ou seja, menos de 10% (dez por cento) do salário-mínimo vigente à época dos fatos, em 27/05/2019, que era de R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais).

Nesse contexto, considerando o pequeno valor do bem furtado, aliado especialmente à sua natureza (chocolate), bem como o fato de a vítima, no caso um supermercado, possuir considerável capacidade financeira, entendo que o dano não pode ser considerado de relevante interesse social a ponto de ensejar a onerosa intervenção estatal, mesmo sendo o réu reincidente.

Nesse sentido:

**"HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSO PENAL. FURTO. TENTATIVA. QUATRO PEÇAS DE SALAME SUBTRAÍDAS DE HIPERMERCADO. VALOR ESTIMADO EM R\$ 66,00 (SESSENTA E SEIS REAIS). APROXIMADAMENTE 6% DO SALÁRIO-MÍNIMO VIGENTE. INEXPRESSIVIDADE DA RES FURTIVA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. APLICABILIDADE. ORDEM CONCEDIDA.**

1. Sedimentou-se a orientação jurisprudencial no sentido de que a incidência do princípio da insignificância pressupõe a concomitância de quatro vetores, a saber: a) a mínima ofensividade da conduta do agente; b) nenhuma periculosidade social da ação; c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento; e d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada.

2. **Conquanto seja o paciente reincidente, o valor da res furtiva (R\$ 66,00 (sessenta e seis reais), aproximadamente 6% do salário-mínimo vigente, tratando-se da subtração de 4 peças de salame, permite a incidência do princípio da insignificância, pois nenhum interesse social existe na onerosa intervenção estatal.**

3. *Habeas corpus* concedido para reconhecer a atipicidade da conduta, pela aplicação do princípio da insignificância, e absolver o paciente da prática do delito previsto no art. 155 do Código Penal."

(HC 526.617/SC, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 26/11/2019, DJe 03/12/2019.)

**"HABEAS CORPUS. PENAL. FURTO SIMPLES. REINCIDÊNCIA ESPECÍFICA. NATUREZA E VALOR DO BEM. RESTITUIÇÃO DA RES FURTIVA. INEXPRESSIVIDADE DA LESÃO JURÍDICA PROVOCADA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. EXCEPCIONALIDADE. ORDEM CONCEDIDA.**

1. Espécie em que o Paciente - denunciado como incurso no art. 155, caput, do Código Penal - foi condenado ao cumprimento da pena de 1 (um) ano e 4 (quatro) meses de reclusão, em regime semiaberto, e ao pagamento de 15 (quinze) dias-multa.

2. A aplicabilidade do princípio da insignificância deve observar as peculiaridades do caso concreto, de forma a aferir o potencial grau de reprovabilidade da conduta e identificar a necessidade, ou não, da utilização do direito penal como resposta estatal.

3. Há de se considerar, no caso, a ínfima lesão ao bem jurídico tutelado, em razão da natureza dos bens subtraídos - uma barra de pé de moleque e três barras de geleia de mocotó -, que foram devolvidos ao estabelecimento comercial, e do seu reduzido valor - apenas R\$ 22,00 (vinte e dois reais). Assim, não se verifica a tipicidade material da conduta, a ensejar a aplicação do princípio da insignificância. Precedentes.

4. Ordem concedida para, reconhecendo a atipicidade da conduta, absolver o Paciente."

(HC 468801/MG, Rel. Ministra LAURITA VAZ, julgado em 13/11/2018, DJe 4/12/2018).

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do Regimento Interno do STJ, **dou parcial provimento** ao recurso especial, a fim de absolver o recorrente da imputação do art. 155, *caput*, c/c o art. 14, II, do Código Penal, por atipicidade material da conduta.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Ribeiro Dantas

Relator